

TRADUÇÕES PORTUGUESAS

Por FLÁVIO GUIMARAES (Ex-Senador da República)

O eminente Senador Marcondes Filho, quando regressara da Europa, solicitou-me a atenção para a incumbência que lhe dera um dos nossos Conselheiros diplomáticos em Lisboa para que fossem excluídos com urgência, do regime de licença prévia, as obras traduzidas por escritores portugueses, em Portugal.

Estavam excluídas do regime da licença prévia: mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares que tratem de

matéria técnica, científica, religiosa, didática, literária, redigidas em língua estrangeira. Assim como obras impressas em Portugal, em português, quando de autores lusos ou brasileiros. Assim, por esse dispositivo, ficavam subordinadas à licença prévia de importação, as traduções de obras estrangeiras impressas em Portugal.

Escutei atentamente a exposição do Senador Marcondes Filho, muito clara e muito justa, e expus o problema aos companheiros na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Lembrei à douta e brilhante Comissão que, por acaso conheci o Professor Leite de Castro, que me fôra apresentado pelo meu eminente amigo Presidente Artur Bernardes, quando eu falava ao grande Presidente a respeito de uma conferência que houvera lido de Lamartine em que o escritor francês declarava o seu encanto na leitura da Bíblia, como sendo a melhor e mais profunda literatura humana.

Octogenário, maravilhosamente lúcido, Leite de Castro prontificou-se a dar-me noções de Bíblia, por él perlustrada há mais de quarenta anos. Comparecia aos sábados e escutava a profundeza de conceitos que derramava na literatura de vários trechos do livro sagrado.

Faça-me alguma pergunta, declarou o velho erguendo no ar a pequenina e trêmula mão.

Perguntei-lhe: — Que é que há na Bíblia com relação à ciência da nutrologia que sómente tomou maior impulso de 1920 para cá, com a descoberta das vitaminas?

Abriu tranquilamente a Bíblia e mostrou-me o seguinte:... "os alimentos devem ser comidos crus".

As melhores traduções da Bíblia eram de escritores portugueses. E as de Cândido de Figueiredo, de Maeterlink, A Vida das Abelhas, A Vida das Formigas através de irreprensível vernáculo e as de Chateaubriand, traduzidas por Camilo Castelo Branco. E a sedutora tradução de Eça de Queiroz? E as de Moliere, de Shakespeare, traduzidas por Castilho.

As obras de Flaubert, irreprensíveis, traduzidas por João Barreira; as de Zola

feitas por Barros Lobo. E as modernas subscritas por Aquilino Ribeiro, Jaime Cortezão, Vitorino Nemésio, Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões.

E declarei ainda que, além de impedir o acesso ao público brasileiro dessas traduções primorosas, aquele dispositivo vedava o contacto com as traduções de obras contemporâneas, cujos direitos de tradução para a língua portuguesa são exclusivamente a editores lusos. É o caso do livro A Vigésima Quinta Hora, por exemplo, cujos direitos pertencem exclusivamente a livrarias portuguesas.

Tradução cuidadosa feita por Vitorino Nemésio não pode ingressar no Brasil pela dependência da licença prévia, que o Banco do Brasil não concede.

E terminei a minha justificativa: Mais ainda: as traduções de obras estrangeiras impressas no Brasil (com direitos para a língua portuguesa cedidos exclusivamente a editores brasileiros) circulam livremente em Portugal e representam fator material importante no respetivo comércio do livro.

E apresentei o projeto de lei número 35, que modifica o artigo 3.º da Lei 842 de 4 de Outubro de 1949, do seguinte e inteiro teor:

Artigo primeiro. Inclua-se na letra d do artigo terceiro da lei 842 de 4 de Outubro de 1949 o seguinte... ou obras traduzidas por escritores portugueses em Portugal.

O meu projeto foi apresentado em 26 de Agosto de 1952, com parecer favorável, unânime da Comissão de Justiça. Acontece que o Senador Ferreira de Souza apresentou substitutivo que destruiu a limpidez, o objetivo primordial da proposta que visava a que as grandes traduções portuguesas não ficassem à margem da cultura do Brasil tipicamente, arraigadamente luso-brasileira. E ficou a dormir na penumbra de qualquer Comissão sem maior interesse pelo patriótico projeto, que é a ligação cada vez mais viva entre o Brasil e Portugal.

— O O O —